



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO MISTO TC Nº 15290/16

CONTROLE DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL – APOSENTADORIA – PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS – REGULARIDADE DOS CÁLCULOS PROVENTUAIS – ATO EXPEDIDO POR AUTORIDADE COMPETENTE - LEGALIDADE DO ATO APOSENTATÓRIO – CONCESSÃO DO REGISTRO.

ACÓRDÃO AC1 TC 1.213 / 2017

1. DADOS SOBRE A APOSENTADORIA:
 - 1.1. NATUREZA: **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**
 - 1.2. APOSENTANDO(A):
 - 1.2.1. Nome: **ELIANE LEAL DE ALMEIDA**
 - 1.2.2. Matrícula: **147.136-8**
 - 1.2.3. Cargo: **Auditor de Contas Públicas**
 - 1.2.4. Lotação: **Controladoria Geral do Estado**
 - 1.2.5. Tempo de Contribuição: **12.829 dias**
 - 1.3. ATO APOSENTATÓRIO:
 - 1.3.1. Data: **01/03/2017**
 - 1.3.2. Órgão e data de publicação: **Diário Oficial do Estado de 07/03/2017**
 - 1.3.3. Autoridade Emitente: **Presidente da PBPREV, Senhor Yuri Simpson Lobato**
2. CONCLUSÕES DA AUDITORIA: **A Auditoria concluiu, em seu relatório de análise de defesa¹ (fls. 81/82), pela regularidade dos cálculos proventuais e legalidade do ato aposentatório, formalizado pela Portaria de fls. 74, merecendo o seu competente registro.**
3. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL: **Oral, na Sessão, pela legalidade da aposentadoria e concessão do registro.**
4. VOTO: **Considerando o relatório da Auditoria e a análise dos autos, concluo que o processo está devidamente instruído, o servidor preencheu todos os requisitos para se aposentar pela regra constante no ato concessório, o qual foi expedido por autoridade competente, e os cálculos proventuais estão corretos, de modo que Voto pela legalidade do ato aposentatório e pela concessão do competente registro.**

ACORDAM os integrantes da PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, à unanimidade, na Sessão realizada nesta data, em reconhecer a legalidade do ato aposentatório, expedido por autoridade competente, em favor de servidor apto ao benefício e do correspondente cálculo de proventos, elaborado pelo Órgão de Origem, concedendo-lhe o competente registro.

Publique-se, intime-se, registre-se e cumpra-se.
Sala das Sessões da Primeira Câmara do TCE/PB
Plenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa
João Pessoa, 22 de junho de 2017.

jtosm

¹ No relatório inicial de fls. 65/67, a Auditoria havia concluído pela notificação da autoridade responsável para adotar providências necessárias no sentido de excluir da fundamentação legal do ato aposentatório a expressão §5º do art. 40 da CF/88, publicá-lo e posteriormente enviá-lo ao TCE para análise.

Assinado 29 de Junho de 2017 às 09:08



Cons. Fernando Rodrigues Catão
PRESIDENTE

Assinado 27 de Junho de 2017 às 10:36



Cons. Marcos Antonio da Costa
RELATOR

Assinado 27 de Junho de 2017 às 11:15



Luciano Andrade Farias
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO